



Manutenção de estímulos fiscais em 2023 levaria a deficit primário de R\$ 91,6 bilhões, segundo a IFI

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (14) o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) do mês de setembro.

Cenário macroeconômico

A IFI aumentou a projeção de crescimento do PIB em 2022, de 2,0% para 2,6%, após a divulgação dos dados de atividade econômica do segundo trimestre. Em um cenário alternativo, de manutenção do benefício mensal mais elevado do Auxílio Brasil, a projeção para o crescimento de 2023 subiria de 0,6 para 1,0% do PIB. O aumento da renda disponível compensaria a postura mais contracionista da política monetária.

Nesse cenário de maior estímulo à demanda agregada, assume-se que o aumento do risco fiscal eleva o prêmio de risco e as expectativas de inflação no horizonte relevante do Banco Central. Para a inflação, a extensão da desoneração de impostos federais sobre combustíveis pode retirar 0,5 p.p. da projeção do IPCA do ano que vem, embora esse efeito deva ser atenuado pela resiliência da demanda agregada sobre a inflação de preços livres. Considerando esse cenário alternativo, a inflação de 2023 passaria de 4,9% (cenário base) para 4,7%.

Resultado primário

Nos últimos 12 meses encerrados em agosto, o governo central apresentou superavit primário de R\$ 68,4 bilhões, equivalente a 0,7% do PIB. A revisão para cima da projeção das receitas primárias aumentou a expectativa da IFI para o superavit primário do ano, que agora é de R\$ 71,2 bilhões.

Para 2023, caso as medidas de estímulo fiscal adotadas em 2022 sejam mantidas e o teto de gastos não seja restrição ao aumento do Auxílio Brasil, o deficit pode chegar a R\$ 91,6 bilhões (0,9% do PIB).

Auxílio Brasil em 2023

A manutenção do benefício mensal mínimo do Auxílio Brasil em R\$ 600 teria um impacto de R\$ 51,8 bilhões no orçamento de 2023. Caso a despesa do programa permaneça sujeita ao teto de gastos, as despesas discricionárias poderiam chegar a R\$ 63,9 bilhões (0,6% do PIB), o que tornaria essa alternativa pouco viável dado o elevado risco de paralisação no funcionamento da máquina pública.

Dívida bruta

No cenário base projetado pela IFI, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deverá fechar 2022 em 78,1% do PIB e alcançar 80,2% do PIB no próximo ano. No cenário com prorrogação das desonerações tributárias e manutenção do benefício mínimo do Auxílio Brasil em R\$ 600, a dívida alcançaria 81,7% do PIB em 2023.

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia e a conjuntura fiscal. Duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro, o RAF apresenta também uma ampla revisão do cenário fiscal para dez anos à frente. Sem prejuízo dessas revisões, com foco no médio prazo, a partir de junho deste ano, passamos a atualizar mensalmente as projeções como forma de captar de forma mais tempestiva as dinâmicas de curto prazo das variáveis econômicas. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

Serviço:

Instituição Fiscal Independente

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

www12.senado.leg.br/ifi | ifi@senado.leg.br

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>